

ILMO. PREGOEIRO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, POR MEIO DA
COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - CGLIC

REF.: Edital de Licitação n. 20/2024 – Pregão Eletrônico n. 90008/2024

PROCLIMA ENGENHARIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, já qualificada nos autos do procedimento licitatório lançado à epígrafe, vem, por meio de seu representante legal ao final subscrito, APRESENTAR, com esquite item 165 e ss. da Lei n. 13.144/2021, apresentar

CONTRARRAZÕES

ao Recurso Administrativo aviado pela empresa ATHOS ASSESSORIA E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIREL, que se baseia nas exposições fáticas e jurídicas a seguir desenvolvidas.

I – SÚMULA DAS OCORRÊNCIAS E DAS RAZÕES RECURSAIS

Trata-se de licitação encetada na modalidade de Pregão Eletrônico, sob o no 90008/2024, cujo objeto é a “prestação do serviço de Secretariado nas categorias de Técnico em Secretariado, Secretariado Executivo, Secretariado Executivo Bilíngue, Encarregado Geral e Técnico em Arquivo, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão.”.

A recorrente apresentou-se ao certame e, após ter sua proposta analisada e ser convocada a apresentar sua documentação de habilitação, foi declarada vencedora do certame.



Contudo, contra a sua inabilitação, insurge-se a recorrente, alegando, em síntese, que:

- que a recorrida deixou de apresentar cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, o que ensejaria o descumprimento ao item 4.16 “a.2” do Edital; e 8.36 “a.2” do Termo de Referência;

- que na proposta da recorrida, há a ausência de comprovação nas alíquotas utilizadas para PIS e COFINS;

- que não foram apresentados o balanço patrimonial dos dois últimos exercícios, além do demonstrativo dos índices dos dois últimos exercícios.

II – DAS CONTRARRAZÕES

Sem razão a recorrente em seu inconformismo.

Em verdade, Senhor Pregoeiro, as razões recusais apresentadas pela recorrente são muito falantes, mas pouco dizentes, visto que não logram desconstituir a decisão que habilitou e classificou a sua proposta.

Por partes.

No que diz respeito a alegação de ausência da cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual a recorrida se declara enquadrada, importa esclarecer trazer o que estabelece o subitem 4.16 do Edital:

4.16. O licitante deve apresentar juntamente com a proposta de preços:

a.1. Declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

a.2. Cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

4.16.1 A convenção coletiva do trabalho à qual a proposta da empresa se vinculará será utilizada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, consignados na planilha de



custos e formação de preços do contrato, em observância ao disposto no art. 135, inciso II, da Lei 14.133/2021; (g)

Pois bem, conquanto a recorrida, de fato, não tenha feito a juntada da declaração acima referida, certo é que nem por isso deve ser inabilitada, isto porque, como visto acima, não se trata de documento propriamente de habilitação, mas apenas um documento que atesta seu enquadramento sindical, daí porque cuida-se de um equívoco sanável, à luz do princípio do formalismo moderado tão consagrado nas decisões do Tribunal de Contas da União.

Portanto, o motivo alegado pela recorrente jamais poderia ensejar a desclassificação da recorrida sem antes serem realizadas diligências para sua correção, que a recorrida faz neste momento, com a juntada do registro sindical e a declaração de seu enquadramento sindical.

Ora, o subitem 8.13 do Edital, assim estabeleceu:

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4o):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; (gn)

O item acima, pelo que se vê, reproduz a previsão contida no art. 64, § 1º, da Lei 14.133/2021; deixando claro a possibilidade de diligência para corrigir erros e falhas formais e a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, o que se alinha com a interpretação de que é possível a sua juntada nesta oportunidade, mesmo porque os documentos ora apresentados atestam uma condição da recorrente pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

Diante do que restou dito acima, ressaí indubitável que a juntada do registro sindical e declaração de enquadramento, deve ser acatada por essa



Autoridade Pregoeira, porquanto declara uma condição pré-existente à abertura do certame, qual seja, o seu enquadramento sindical.

Que se deixe bem claro que a aplicação do formalismo moderado e da razoabilidade não consiste, em absoluto, em afronta à isonomia, pois a recorrida cometeu um erro sanável e o está corrigindo, apresentando a sua declaração de enquadramento e o registro sindical do sindicato que está enquadrada.

Não é demasiado repetir as orientações do Tribunal de Contas da União – TCU, divulgadas nos Informativos de Licitações e Contratos 415/2021 e 424/2021, que retratam o entendimento firmado nos Acórdãos 1211/2021-Plenário e 2443/2021-Plenário.

Informativo de Licitações e Contratos 415/2021

“Enunciado:

1. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (gn)

Acórdão n. 1211/2021-P:

Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), NÃO ALCANÇA documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (gn)

Acórdão 988/2022-Plenário | Relator: ANTONIO ANASTASIA

Na falta de documento relativo à fase de habilitação em pregão que consista em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso



por ele firmado, deve o pregoeiro conceder-lhe prazo razoável para o saneamento da falha, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999. (gn)

Assim sendo, considerando tratar-se de um erro sanável, passível de diligência e já antecipadamente corrigido pela recorrida, certo é que a pretensão da recorrente representaria um rigorismo que desbordaria as necessidades do interesse público, sendo este excesso, portanto, inútil.

Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora AIDE, pág. 72/72, explana sobre o tema:

A atividade administrativa exige prestígio aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. O princípio da regra da razão expressa-se em 'procurar a solução que está mais em harmonia com as regras de direito existentes e que, por isso, parece a mais satisfatória, em atenção à preocupação primária de segurança, temperada pela justiça, que é a base do direito'

...

Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da Lei ou do edital devem ser interpretadas como instrumentais.

...

“Portanto deve-se aceitar a conduta do sujeito que evidencie o preenchimento das exigências legais, ainda quando não seja adotada a estrita imposta originariamente na Lei ou no Edital. Na medida do possível, deve promover, mesmo de ofício, o suprimento de defeitos de menor monta. Não se deve conceber que toda e qualquer divergência entre o texto da Lei ou do edital conduza à invalidade, à inabilitação ou à desclassificação. (gn)

Nestes termos, a ativação da razoabilidade não permitirá que o equívoco apontado venha a arranhar a competitividade do certame, máxime quando se cuida de licitante plenamente capacitada.

No que se refere a alegação do recurso, de que a recorrida não teria comprovado as alíquotas utilizadas para PIS e COFINS, além dos dois últimos balanços e demonstrativos contábeis, também se mostra totalmente improcedente o seu inconformismo.

Realmente, é que tais questões já haviam sido objeto de diligências por esta Autoridade pregoeira, que esclareceu: “Em diligência a empresa



classificada em 1º lugar, a mesma ajustou a planilha conforme solicitado, apresentou todas as EFD e CST dos últimos 12 meses, demonstrando a média dos recolhimentos além a DCTF demonstrando regime cumulativo de tributação, bem como comprovou que disponibiliza vagas PCD.”.

Em sendo assim, improcede por completo a alegação da recorrente de que não teria sido comprovado as alíquotas do PIS e COFINS, como também improcede a alegação de que não teriam sido apresentados os documentos para demonstrar sua qualificação econômico-financeira, balanço patrimonial e demonstrativo dos índices contábeis.

Ora, a recorrida apresentou os índices contábeis dos anos de 2022 e 2023, além dos demonstrativos contábeis dos dois últimos 12 meses, tal como registrado em sede diligências, pelo que não há fundamento no inconformismo da recorrente.


III – DO PEDIDO

Por todo o exposto, salvaguardando o interesse público, espera a recorrida, forte nas razões fáticas e jurídicas acima alinhavadas, pelo total desproimento do recurso administrativo interposto, mantendo a decisão que lhe declarou vencedora do certame, posto que assim será realizada JUSTIÇA!!

Nesses Termos,
Pede Deferimento.

Brasília-DF, 3 de outubro de 2024.

PROCLIMA ENGENHARIA LTDA



Engº Guillermo Amaral Funes
Diretor / Responsável Técnico
RG: 1.655.099 SSP-DF
C.P.F. 000.129.351-66
CREA n.º 16330/D-DF

